



Câmara Municipal de Entre Rios de Minas

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José Resende, 26 - Centro - Entre Rios de Minas - MG - CEP 35490-000 - CNPJ 00.990.667/0001-89

Telefax: (31) 3751-1220 / 3751-1740

E-mail: cmentreros@viareal.com.br

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO


Parecer Nº 1

Projeto de Lei Ordinária nº 25/2013 - Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Entre Rios de Minas e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba e Vale do Piranga - CISAP-VP, nos termos da Lei Federal nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, visando à promoção de ações de saúde pública, assistenciais, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e Constitucional, uma vez que com o advento da Lei Federal 11.107, de 06/04/2005, que trata das normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências e o Decreto 6.017, de 17/01/2007, que regulamenta a lei supra citada, necessária é a adequação e a regularização do consórcio então existente, pela ratificação do protocolo de intenções.

Assim sendo opinamos pela aprovação da matéria em seu inteiro teor e forma, com o pedido dos interstícios legais, para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Entre Rios de Minas, em 17 de Dezembro de 2013.


Rivaldo Nunes Machado
Presidente da Comissão


Fernando de Souza Costa
Membro


Paulo Teixeira Resende
Relator

Aprovado em 1 e única Discussão
e Votação


Presidente

17 / 12 / 2013



Câmara Municipal de Entre Rios de Minas

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José Resende, 26 - Centro - Entre Rios de Minas - MG - CEP 35490-000 - CNPJ 00.990.667/0001-89

Telefax: (31) 3751-1220 / 3751-1740

E-mail: cmentreros@viareal.com.br

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS


Parecer Nº 2

Projeto de Lei Ordinária nº 25/2013 - Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Entre Rios de Minas e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba e Vale do Piranga - CISAP-VP, nos termos da Lei Federal nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, visando à promoção de ações de saúde pública, assistenciais, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e Constitucional, uma vez que com o advento da Lei Federal 11.107, de 06/04/2005, que trata das normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências e o Decreto 6.017, de 17/01/2007, que regulamenta a lei supra citada, necessária é a adequação e a regularização do consórcio então existente, pela ratificação do protocolo de intenções.

Assim sendo opinamos pela aprovação da matéria em seu inteiro teor e forma, com o pedido dos interstícios legais, para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Entre Rios de Minas, em 17 de Dezembro de 2013.


Paulo Teixeira Resende
Presidente da Comissão


Fernando de Souza Costa
Membro

Aprovado em 1 e única Discussão
e Votação


Presidente

17 / 12 / 2013


Rivaél Nunes Machado
Relator



Câmara Municipal de Entre Rios de Minas

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua José Resende, 26 - Centro - Entre Rios de Minas - MG - CEP 35490-000 - CNPJ 00.990.667/0001-89

Telefax: (31) 3751-1220 / 3751-1740

E-mail: cmentreros@viareal.com.br

COMISSÃO DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Parecer Nº 3

Projeto de Lei Ordinária nº 25/2013 - Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre o Município de Entre Rios de Minas e o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Alto Paraopeba e Vale do Piranga - CISAP-VP, nos termos da Lei Federal nº. 11.107 de 06 de abril de 2005, visando à promoção de ações de saúde pública, assistenciais, entre outros serviços relacionados à saúde, em conformidade com os princípios e diretrizes do SUS.

Examinada a matéria, esta Comissão vem relatá-la como legal e Constitucional, uma vez que com o advento da Lei Federal 11.107, de 06/04/2005, que trata das normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências e o Decreto 6.017, de 17/01/2007, que regulamenta a lei supra citada, necessária é a adequação e a regularização do consórcio então existente, pela ratificação do protocolo de intenções.

Assim sendo opinamos pela aprovação da matéria em seu inteiro teor e forma, com o pedido dos interstícios legais, para que o mesmo seja discutido e votado nesta mesma sessão.

Entre Rios de Minas, em 17 de Dezembro de 2013.

Brilha

Leonardo Azevedo Silva
Presidente da Comissão

[Assinatura]

Amintas de Moura Ferreira
Relator

Aprovado em 1 e unica Discussão
e Votação

[Assinatura]
Presidente

17 / 12 / 2013

[Assinatura]

Antônio Teodoro Ferreira
Membro